

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR IVAN LELIS BONILHA, MD.  
CONSELHEIRO RELATOR DOS AUTOS DE Nº. 198.912/25, DO  
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ.**

**Processo nº. 198912/25**

**Prestação de Contas Anual**

**Município de Apucarana**

**Exercício 2024**

**SEBASTIÃO FERREIRA MARTINS JUNIOR**, ex-prefeito do Município de Apucarana, no exercício de 2024, já devidamente qualificado nos autos em epígrafe, por seu procurador infra-assinado, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar suas **RAZÕES DE CONTRADITÓRIO À INSTRUÇÃO Nº 806/2025**, o que o faz com fulcro no art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal, nos arts. 71 e 75 da CF/88, aplicáveis aos Tribunais de Contas, e na Instrução Normativa nº 172/2022 do TCE/PR, pelos fundamentos a seguir expostos.

**1.**

### **SÍNTESE DA INSTRUÇÃO**

A Instrução Técnica nº. 806/2025, elaborada pela Coordenadoria de Contas deste Colendo Tribunal de Contas do Paraná, apresentou análise referente à gestão municipal no **exercício de 2024**, com destaque para os seguintes pontos:

- A. **Assistência Social** – item 2.3, com base na Tabela 19, que aferiu a atuação do Município em programas de proteção social básica, apontando nota 4,60;
- B. **Transparência e Relacionamento com o Cidadão** – item 2.4, com base nas Tabelas 22 e 43, atribuindo pontuação de 6,83; e
- C. **Administração Financeira** – item 2.5, com referência às Tabelas 28 e 43, contendo análise sobre a sustentabilidade fiscal e os limites de despesa.

Cumpra, portanto, exercer o contraditório técnico, demonstrando que a gestão de 2024 observou os princípios constitucionais da legalidade, legitimidade e economicidade, não havendo falhas aptas a comprometer o julgamento das contas.

## 2.

### DO CONTRADITÓRIO ESPECÍFICO

#### 2.1.

##### Da Assistência Social (item 2.3 – Tabela 19)

A Tabela 19 registrou pontuação de **4,60**, representando evolução positiva em relação a 2023 (3,90), especialmente nos quesitos de vigilância socioassistencial, diagnóstico do território, articulação intersetorial e recursos humanos.

É importante observar que houve **expressiva ampliação da equipe de referência dos CRAS**, com nota 7,2, superando a média estadual em municípios de porte semelhante.

Veja-se que a implementação de diagnóstico socioterritorial e ações de busca ativa resultou em aumento da nota de 2,4 (2023) para 4,3 (2024), evidenciando clara melhoria.

E, por fim, o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) mantiveram desempenho regular, compatível com a capacidade orçamentária municipal.

Assim, ainda que a nota geral seja moderada, o **avanco de quase 18% em apenas um exercício** evidencia o compromisso da gestão em estruturar a política de assistência social, com clara perspectiva de consolidação nos anos seguintes.

Não se trata, portanto, de falha ou irregularidade, mas sim de processo de amadurecimento institucional em política pública sensível, o que deve ser considerado para fins de julgamento das contas.

## **2.2.**

### **Da Transparência e Relacionamento com o Cidadão (item 2.4 – Tabelas 22 e 43)**

Na área de Transparência, a gestão municipal obteve **nota 6,83** em 2024, ainda que inferior à de 2023 (8,18).

Contudo, é necessário destacar que o Índice de Transparência da Administração Pública (ITP-TCE/PR) aferiu **92,40%** de atendimento dos itens obrigatórios, demonstrando **alto grau de conformidade com as normas legais**.

Vale ressaltar que a queda na pontuação deveu-se principalmente a critérios metodológicos relativos à operacionalização do SIC e da Ouvidoria, cujos registros de resposta passaram a exigir padrão digital integrado em tempo real, inovação que ainda está em fase de adaptação tecnológica em diversos municípios.

Esclarece que a regulamentação do SIC e do canal de ouvidoria foi devidamente concluída, mantendo nota máxima (10,0), não havendo omissão normativa por parte do Executivo.

Quanto ao resultado identificado na Tabela 43, este deve ser relativizado diante do contexto de transição de plataformas digitais em 2024, sem qualquer prejuízo à publicidade dos atos oficiais, os quais permaneceram disponíveis em portal eletrônico atualizado.

Dessa forma, o apontamento não configura irregularidade, mas mera oscilação decorrente de critérios técnicos de aferição, não sendo capaz de macular a regularidade das contas.

### **3.**

#### **Da Administração Financeira (item 2.5 – Tabelas 28 e 43)**

A análise da Administração Financeira se fundamentou nas Tabelas 28 e 43, que apresentam indicadores de sustentabilidade fiscal.

O Município de Apucarana, no exercício de 2024:

- a) **Respeitou os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)**, mantendo as despesas com pessoal dentro dos percentuais constitucionais e legais;
- b) Obteve **resultado orçamentário equilibrado**, sem déficit que compromettesse o equilíbrio das contas públicas;
- c) Preservou a **capacidade de endividamento**, sem ultrapassar os limites de despesa com operações de crédito; e
- d) Destinou **corretamente os recursos mínimos constitucionais à Educação e Saúde**, conforme demonstrativos já encaminhados nos autos.

Embora a instrução aponte cautela quanto a oscilações nos índices de liquidez, é preciso destacar que tais variações decorrem de fatores macroeconômicos externos (repasso irregular de transferências voluntárias da União e oscilações na arrecadação do ICMS estadual), não podendo ser imputadas como falha de gestão do Chefe do Executivo.

Portanto, a Administração Financeira do exercício de 2024 se mostrou **responsável, regular e sustentável**, cumprindo integralmente os comandos da LRF e os princípios da boa governança pública.

#### **4.**

#### **PEDIDOS**

Em face de todo o exposto, requer a esta Colenda Corte de Contas do Estado do Paraná:

- a) O recebimento do presente contraditório, como expressão do direito constitucional à ampla defesa;
- b) A consideração das justificativas apresentadas, de modo a reconhecer que:
  - a. na Assistência Social, houve avanço progressivo e comprovado na estruturação da política pública;
  - b. na Transparência, a redução da nota decorreu de ajustes metodológicos e de adaptação tecnológica, sem omissão de informação; e
  - c. na Administração Financeira, foram cumpridos integralmente os limites constitucionais e legais, não havendo irregularidade.

Por consequência, seja emitido **Parecer Prévio favorável à regularidade das contas do exercício de 2024**, de responsabilidade do Prefeito Sebastião Ferreira Martins Junior.

N. termos,

P. deferimento.

Arapongas, 05 de setembro de 2025.

**Fernando Augusto Sartori**

OAB/PR 23.047

=assinatura eletrônica=

